

CONHECIMENTOS GERAIS

O texto a seguir serve para as questões 01 a 05. Leia-os atentamente.

Por que obras públicas atrasam tanto?

Incompetência, corrupção, burocracia? Em todas as esferas de governo - União, Estado e municípios - obras se arrastam prejudicando a população e trazendo prejuízos econômicos graves à sociedade

Publicado em 04/11/2017 às 18h40
Atualizado em 05/11/2017 às 07h03

A LEGISLAÇÃO É ULTRAPASSADA

Enio Bergoli é diretor-geral do Departamento de Estradas de Rodagem (DER-ES)

Os atrasos na condução de obras públicas no Brasil são decorrentes de uma conjugação de muitos fatores. Em síntese, dificultam a execução dos investimentos públicos: marco regulatório das contratações públicas e suas implicações, planejamento das obras, desapropriações, interferências decorrentes da ocupação desordenada do solo, mecanismos de controle público, gestão e qualificação de instituições públicas e privadas e licenciamentos, dentre outros.

A legislação para contratações públicas é ultrapassada, incorre em excesso de burocracia e contribui para dilatar prazos.

A lógica atual, onde a administração define todos os aspectos de execução da obra, engessa o escopo dos serviços, afasta novas soluções técnicas, dificulta as alterações cotidianas na dinâmica de uma obra de engenharia e colabora para eventuais atrasos.

Uma nova legislação deve ter foco no desempenho da contratada, concedendo maior liberdade para a busca de soluções técnicas e menor interferência estatal. Em decorrência, o privado deve assumir maior responsabilidade na condução dos empreendimentos.

O fracasso das contratações, a morosidade e a paralisação de obras públicas também são decorrentes de deficiências no planejamento, no projeto. O projeto de engenharia é item essencial, complexo e determinante para o sucesso de uma obra. As consequências de projetos frágeis passam por retardamento na execução, aditivos e até rescisão contratual da obra.

Países do Primeiro Mundo valorizam mais a fase de planejamento. Por exemplo, a obra do Canal da Mancha, que liga a França e a Inglaterra, levou sete anos para ficar pronta. O projeto levou mais de dez. Precisamos romper com a cultura do curto prazo.

O processo de desapropriação de áreas e benfeitorias é lento. Embora as obras públicas sejam de interesse social, há demora na tramitação dos processos judiciais para que os governos possam ter a posse e iniciar o investimento.

Também é comum nas cidades brasileiras a ocupação do solo de forma desordenada e sem planejamento para a habitação e infraestrutura decorrente desse processo, como redes de água, esgoto, energia e de dados. Em decorrência, as obras de engenharia estão sujeitas a essas diversas interferências.

Para romper com a cultura do atraso nas obras, motivada por muitos fatores, há a necessidade de muitas frentes de trabalho para que ocorram mudanças no público e no privado.

Não é o caso de reduzir o controle e a fiscalização, mas de agilizar os processos. Melhorar a legislação, valorizar o planejamento, contratar de forma realista e controlar com um olhar de empreender fariam um Brasil melhor.

1. Para tratar sobre a demora em se concluir obras públicas, inicialmente, o autor do texto 01 evidencia que o fator prioritário dessa demora é

- a) a inércia dos órgãos de controle;
- b) uma falha no planejamento dos projetos;
- c) a corrupção dos agentes públicos e executores;
- d) uma legislação defasada e arcaica;
- e) a morosidade das decisões de intervenções nos projetos executados.

2. O autor do texto 01 aponta um procedimento comumente visto em nosso país como um dos responsáveis pelo ritmo moroso das obras públicas brasileiras. Segundo o autor,

- a) no Brasil, a fase de planejamento é sempre vilipendiada;
- b) no nosso país, a fase de execução dos projetos comumente possui riscos;
- c) no contexto nacional, o projeto de engenharia não tem sua relevância, por vezes apresenta-se frágil e mal elaborado;
- d) no Brasil, o planejamento e a execução de uma obra pública são morosos e corrompidos;
- e) nacionalmente, há duas culturas que interferem no bom andamento das obras públicas: a cultura do atraso e a da corrupção.

3. Tendo por base as regras de acentuação das palavras constantes na atual Gramática oficial brasileira

- a) as palavras *pública*, *interferências* e *regulatórias* são acentuadas por se tratarem de paroxítonas terminadas em a seguidas ou não de s;
- b) os vocábulos *técnicas*, *lógica* e *síntese* são acentuados por se tratarem de proparoxítonas;
- c) o vocábulo *forma* em “contratar de forma realista”, está corretamente grafado pois, no sentido em uso, não possui mais o acento diferencial;
- d) a palavra *consequência* pode tanto ser grafada sem o trema, como com tal sinalização, estando também correta a grafia *consequência*;
- e) as palavras *até*, *é* e *há* são acentuadas pois tratam-se de monossílabos átonos terminados em vogais.

4. De acordo com o Novo Acordo Ortográfico, a palavra *infraestrutura* deve ser grafada corretamente sem o hífen que outrora separava a palavra. A regra que hoje orienta a sua ortografia também justifica a correta grafia de

- a) girassol.
- b) autosserviço.
- c) micro-ondas.
- d) autoescola.
- e) interestadual.

5. No trecho “engessa o escopo dos serviços”, a palavra em destaque pode ser substituída, sem prejuízo de sentido, por

- a) corpo
- b) esboço
- c) alicerce
- d) início
- e) fito

Leia a tira para responder às questões 6 e 7.



Disponível em: <http://rapaduracult.blogspot.com.br/2013/03/anesia-e-o-ovo-da-pascoa.html>. Acesso em 25 fev. 2018

6. Sobre os aspectos sintáticos da tira, observa-se que, no 4º quadrinho, para adequá-lo à norma, faz-se necessário operar uma adequação relacionada à

- a) regência nominal.
- b) regência verbal.
- c) concordância verbal.
- d) concordância nominal.
- e) colocação pronominal.

7. O uso da vírgula, no 1º balão, justifica-se pela presença de um

- a) sujeito.
- b) vocativo.
- c) adjunto adverbial.
- d) objeto direto.
- e) predicativo do sujeito.

Observe o texto para responder a questão 8.



Disponível em: <http://www.perfilnews.com.br/estado/lei-estadual-proibe-bebidas-alcoolicas-a-menores>. Acesso em: 25 fev. 2018

08. No texto principal da placa, o desvio de concordância se deve

- a) à flexão do substantivo “venda”.
- b) à ausência de artigo antes do núcleo do sujeito.
- c) ao adjetivo predicativo “proibido”, o qual deveria ser “proibida”.
- d) ao complemento nominal “de bebidas alcoólicas”.
- e) à presença do verbo de ligação “é”, que obriga a existência de um predicativo.

09. Em relação ao orçamento público, é correto afirmar que:

- a) a Lei Orçamentária Anual poderá conter dispositivo que autorize a abertura de créditos adicionais especiais e a contratação de operações de crédito.
- b) a Lei Orçamentária Anual é uma lei de iniciativa, em conjunto, dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.
- c) o início de programas ou projetos não incluídos na Lei Orçamentária Anual é, constitucionalmente, proibido.
- d) os sistemas de acompanhamento e medição do trabalho, assim como dos resultados, são inexistentes no orçamento programa.
- e) a Lei Orçamentária Anual compreenderá o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha qualquer parcela do capital social com direito a voto.

10. Os princípios orçamentários asseguram o cumprimento dos fins a que se propõe o orçamento. Sobre os princípios orçamentários, assinale a afirmativa correta:

- a) De acordo com o princípio da universalidade, todas as receitas e despesas devem estar contidas em uma só lei orçamentária.
- b) De acordo com o princípio da unidade, o orçamento deve compreender todas as receitas e os gastos necessários para a manutenção do serviço público.
- c) De acordo com o princípio da especificação, a lei não poderá conter dispositivo estranho à fixação das despesas e à previsão das receitas.
- d) De acordo com o princípio da anualidade, o orçamento deve ser elaborado e autorizado para um determinado período de tempo, geralmente um ano.
- e) De acordo com o princípio da clareza, o orçamento, como instrumento de controle prévio, deve chegar ao conhecimento dos representantes do povo e da comunidade.

11. Sobre as normas gerais do Direito Financeiro, é correto afirmar:

- a) Ao julgar irregulares as contas do chefe do Poder Executivo, o TCU, no exercício de suas competências, deverá ajuizar as ações civis e penais cabíveis.
- b) Segundo a classificação estabelecida na Lei nº 4.320/64, a receita pública proveniente de amortização de empréstimos corresponde à receita de capital e a despesa realizada para aquisição de imóveis já em utilização classifica-se como inversões financeiras.
- c) A Lei de Responsabilidade Fiscal proíbe a prática da renúncia de receitas para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
- d) De acordo com a Lei nº 4.320/64, pertencem ao exercício financeiro as receitas previstas e as despesas fixadas.
- e) A Lei de Responsabilidade Fiscal, que é a lei complementar sobre finanças públicas, acrescentou novas normas ao planejamento estatal estabelecido pela Constituição Federal, revogando por completo a Lei nº 4.320/64.

12. Segundo a Lei Orgânica e o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, é correto afirmar sobre a composição da Corte:

- a) Os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Piauí serão nomeados dentre brasileiros com mais de trinta e sete anos que, obrigatoriamente, tenham formação superior em Direito ou Contabilidade.
- b) O Tribunal de Contas do Estado do Piauí será integrado por três Conselheiros de livre escolha pelo Governador do Estado.
- c) Os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Piauí gozam das garantias vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de subsídios.
- d) A Corte de Contas é composta por sete Conselheiros, sendo escolhidos, alternadamente, entre Auditores e Membros do Ministério Público de Contas, indicados em lista tríplice elaborada pelo Tribunal, segundo os critérios de antiguidade e merecimento.

e) Quatro Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Piauí serão escolhidos entre os deputados que compõem a Assembléia Legislativa.

13. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e de suas entidades, exercida pelo Congresso Nacional e por parte de cada Poder NÃO abrange aspectos de:

- a) economicidade.
- b) aplicação de subvenções.
- c) legitimidade.
- d) instituição de tributos.
- e) renúncia de receitas.

14. Em relação ao Plano Plurianual (PPA), à Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO) e à Lei Orçamentária Anual (LOA), previstos para cada esfera de Governo pela Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que:

- a) o projeto de lei das diretrizes orçamentárias será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.
- b) as emendas parlamentares individuais ao projeto de lei orçamentária anual serão aprovadas no limite de 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente líquida prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo, sendo que a metade desse percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde.
- c) integrará o projeto da lei orçamentária anual um Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.
- d) o projeto de lei do Plano Plurianual deve vigor no mesmo prazo do mandato do Chefe do Poder Executivo, devendo ser encaminhado até fevereiro do primeiro ano do respectivo mandato, com prazo final de aprovação até o mês de abril do mesmo ano.
- e) o projeto de lei orçamentária anual poderá consignar dotação para investimento com execução superior a um exercício financeiro que não esteja previsto no plano plurianual, desde que sua relevância ou interesse sejam demonstrados pelo chefe do Poder Executivo, com a indicação das receitas que o financiarão.

15. Sobre o Windows Explorer marque a verdadeira.

- a) É o Sistema Operacional mais utilizado do mundo, visto que o Linux que é seu concorrente geralmente não têm as mesmas facilidades de uso e não suporta jogos.
- b) Em uma pasta com muitos arquivos deseja-se identificar facilmente os arquivos que foram criados mais recentemente, para isto basta usar Modo de Exibição “Detalhes” e clicar sobre a coluna “Recentes”
- c) Tem o conceito de Bibliotecas na organização dos arquivos. Por padrão tem-se 4 bibliotecas: Documentos, Vídeo, Imagens e Músicas, e ainda a opção para adicionar novas bibliotecas.
- d) Para ter acesso mais rápido a uma pasta específica pode-se criar um Atalho. Para isso, clica-se com botão direito do mouse sobre a pasta depois em Propriedades > aba Localização > Opção “Enviar para área de trabalho (criar arquivo)”
- e) O Windows Explorer pode ser desativado por meio do painel de controle, basta que seja instalado o Google Drive no Windows para este fique com o controle dos arquivos do Sistema.

16. No MS Excel, os dados, numéricos ou textuais, são organizados em células. Quando o valor da coluna for maior que a área disponível podemos juntar duas ou mais células tornando-as como se fosse apenas uma. Como se chama essa operação:

- a)Unir
- b)Formatar
- c)Split
- d)Compactar
- e)Mesclar

17. Documentos acadêmico ou oficiais geralmente têm uma formatação de página a ser obedecida. Sobre formação de páginas e documentos no MS Word marque a alternativa incorreta:

- a)Para ajustar as distâncias das margens do documento pode-se clicar (duplo) sobre a régua, na tela que surgir escolher a aba Margens e ajustar os valores individualmente.
- b)Dados tabulares quando inseridos em documento do Word podem ocupar muito espaço horizontal. Neste caso é melhor mudar a orientação da página de Paisagem para Retrato, na guia(aba) Layout da Página, obtendo assim uma página com mais espaço horizontal para incluir uma tabela com várias colunas
- c)Documentos Oficiais têm, geralmente, em todas as páginas um parte superior com brasão e nomes das instituições, e na parte inferior do costuma também ter uma informação ser repetida em todas as páginas, os recursos do Word que auxiliam nesta tarefa estão disponíveis na guia(aba) Inserir.
- d)Em um documento de 100 páginas, na tela de Impressão pode-se optar por imprimir apenas as páginas ímpares ou só as pares. Ainda é possível especificar de um única vez a impressão, por exemplo, das páginas de 1 a 25, a página 53 e ainda as páginas 98 a 100.
- e)Ao concluir um documento ou a qualquer momento pode-se fazer varreduras em busca de erros. Essa opção encontra-se na guia(aba) Revisão.

18. Maria acaba de instalar um software construído para geração de etiquetas no Windows 7. Para que o relatório com as 3 colunas de etiquetas fiquem corretamente exibidas no monitor o manual recomenda usar resolução de vídeo de 800 x 600. Marque a alternativa correta sobre resolução de vídeo no Windows 7.

- a)Para se alterar a resolução de vídeo deve-se acessar o Painel de Controle a partir do menu iniciar, depois marcar Exibir por Categoria, depois basta selecionar “Ajustar a resolução da tela na categoria “Hardware e Vídeo”.
- b)No Windows 7 não é possível ajustar a resolução de vídeo pelo sistema, visto que essa é uma propriedade do equipamento (monitor), portanto deve-se ajustá-la por meio dos botões no próprio monitor.
- c)Na área de trabalho por meio do menu contexto acessa-se diretamente a opção Resolução de Tela, que leva a uma janela onde o usuário pode selecionar sua opção dentre diversas opções de resolução de vídeo.
- d)Resolução de vídeo é feita automaticamente pelo Windows 7 de acordo com as especificações do arquivo “README” que todo programa Windows contém.
- e)Se o computador tiver uma placa de vídeo dedicada (não-integrada), as configurações de vídeo são feita exclusivamente por meio do programa da placa de vídeo.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

19. Marque a alternativa correta.

- a) De acordo com a atual jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a decisão colegiada proferida por tribunal de segundo grau (ainda sem o trânsito em julgado) não autoriza a expedição de imediata ordem prisão antes do trânsito em julgado da decisão.
- b) Conforme o art. 5º, LV, da CF/88, “aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes”. Dessa forma, conforme entendimento sumulado do Supremo Tribunal Federal, a falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo ofende a Constituição.
- c) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial, inclusive para cumprimento de mandados de busca e apreensão coletivos, conforme decisão recente do Supremo Tribunal Federal.
- d) Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.
- e) Ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante, salvo em caso de grave e iminente risco à coletividade, como em atentados terroristas.

20. Marque a alternativa correta.

- a) Diante do quadro da segurança pública no Brasil, atestada pela recente intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro, seria constitucionalmente válida a nomeação de Martín Silva, estrangeiro, de nacionalidade uruguaia, para o cargo de Ministro de Estado da Defesa.
- b) São direitos sociais expressamente previstos na CF/88: a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados.
- c) Em razão da liberdade partidária, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal, o financiamento de campanhas eleitorais não deve sofrer qualquer restrição, podendo inclusive receber recursos de origem privada e de entidades ou governos estrangeiros.
- d) A lei exigirá autorização do Estado para a fundação de sindicato, inclusive o registro no órgão competente, sendo permitidos ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.
- e) São inelegíveis e proibidos de votar os inalistáveis e os analfabetos.

21. Marque a alternativa falsa.

- a) No âmbito federal, o Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República, auxiliado pelos Ministros de Estado.
- b) Nos processos de *impeachment*, admitida a acusação contra o Presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade.
- c) O Presidente e o Vice-Presidente da República poderão, mesmo sem licença do Congresso Nacional, ausentar-se do País por período superior a quinze dias.
- d) Os Ministros de Estado serão escolhidos dentre brasileiros (natos, em alguns casos) maiores de vinte e um anos e no exercício dos direitos políticos.
- e) A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo

em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal.

22. Marque a alternativa falsa.

- a) No âmbito federal, o auditor, quando em substituição a Ministro, terá as mesmas garantias e impedimentos do titular e, quando no exercício das demais atribuições da judicatura, as de juiz de Tribunal Regional Federal.
- b) Dentre as funções institucionais do Ministério Público está a de zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia.
- c) O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.
- d) O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.
- e) Em face da autonomia municipal, não é vedada a criação, por leis municipais, de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais.

23. Marque a alternativa falsa.

- a) Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.
- b) Conforme o STF, é constitucional a lei ou ato normativo estadual ou distrital que disponha sobre sistemas de consórcios e sorteios, inclusive bingos e loterias.
- c) Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre direito tributário e direito financeiro.
- d) Compete aos Estados legislar sobre assuntos de interesse local.
- e) A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para (dentre outras hipóteses), pôr termo a grave comprometimento da ordem pública.

24. Marque a alternativa falsa.

- a) A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
- b) É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, mesmo se houver compatibilidade de horários.
- c) Ressalvados os casos previstos em lei, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.
- d) A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar

nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

e) Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

25. Acerca da organização administrativa do Estado, assinale a alternativa correta:

a) A centralização ocorre quando o Estado executa suas tarefas diretamente, por meio da pessoa política constitucionalmente competente.

b) Na desconcentração, o Estado executa suas tarefas indiretamente, por meio da administração indireta, delegando atividades a outras entidades.

c) Na descentralização, a função administrativa é exercida no âmbito interno de cada entidade, porém por mais de um órgão público, que têm personalidade jurídica própria.

d) A função administrativa é realizada de forma desconcentrada quando exercida por meio de entidades administrativas criadas para essa finalidade específica e que integrarão a Administração Pública indireta.

e) São formas de desconcentração administrativa a criação de autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.

26. Em determinado procedimento licitatório de um município piauiense, a Comissão Permanente de Licitação determinou a habilitação de um licitante que não atendia as exigências constantes no edital. Considerando que encerrado o procedimento licitatório não houve questionamento administrativo ou judicial acerca da habilitação, tem-se que os atos administrativos praticados são:

a) imperfeitos, inválidos e ineficazes.

b) perfeitos, válidos e eficazes.

c) perfeitos, válidos e ineficazes.

d) imperfeitos, válidos e eficazes.

e) imperfeitos, inválidos e eficazes.

27. Acerca da responsabilidade do Estado pelos danos causados por seus agentes, assinale a alternativa incorreta:

a) As pessoas jurídicas de direito público responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros.

b) As pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros.

c) Assegura-se ao Estado o direito de regresso contra o responsável pelo dano nos casos de dolo ou culpa.

d) A responsabilidade civil do Estado por atos omissivos é descabida.

e) A responsabilidade civil do Estado por atos comissivos é objetiva, ou seja, independe de dolo ou culpa.

28. Caso o estado do Piauí deseje contratar determinado profissional do setor artístico consagrado pela crítica especializada, a contratação deverá ocorrer mediante:

a) Licitação na modalidade concurso.

b) Licitação do tipo menor preço.

c) Inexigibilidade de licitação.

d) Licitação na modalidade tomada de preços.

e) Dispensa de licitação.

29. Nos termos da Constituição Federal de 1988, ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes. A Lei nº 8.666/93, regulamentando referido disposto, instituiu as seguintes normas gerais para licitações, exceto:

- a) A licitação será sigilosa, sendo públicos e acessíveis ao público apenas o conteúdo das propostas, até a respectiva abertura.
- b) A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.
- c) A licitação será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.
- d) As normas de licitações e contratos devem privilegiar o tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte na forma da lei.
- e) É vedado aos agentes públicos admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo.

30. Em inspeção realizada em um município piauiense, constatou-se a contratação, sem realização de concurso público, de dois médicos especialistas em endemias, para atendimento na Unidade Básica de Saúde. A partir da situação hipotética apresentada, assinale a alternativa correta:

- a) A contratação é legal, por se tratar de profissionais da área da saúde.
- b) A contratação é legal, desde que se trate de cargo eletivo.
- c) A contratação é ilegal, por ferir a previsão constitucional da obrigatoriedade de realização de concurso público para todos os cargos e empregos públicos.
- d) A contratação é ilegal, por se tratar de cargo em comissão.
- e) A contratação é legal, desde que por tempo determinado e para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.